



119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA 2– 28 DE JULHO DE 2016.

3 Aos vinte e oito dias do mês de julho de 2016, às oito horas e trinta minutos, na sede da Secretaria de Ação
4 Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, teve início a décima nona Reunião Ordinária do Conselho
5 Municipal de Assistência Social sob a presidência da vice-presidente e representante titular das Organizações de
6 Atendimento à Portadores de Deficiência e Grupos Minoritários, Senhora Ernestina Maria de Assunção Cintra.
7 Estiveram presentes na reunião doze (12) conselheiros sendo cinco (05) do poder público e sete (07) da
8 sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Jane Izabel Miranda Biagioti, Sônia Regina Barbosa
9 Quirino, Rutinéia Cristina Martins Silva, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Celina Rosa da Silva
10 Nascimento, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa e Ernestina Maria de Assunção
11 Cintra. **Conselheiros suplentes**: Elenir Rodrigues Cintra Malta, José Carlos Gomes. **Conselheiros na**
12 **Titularidade**: Vilma Aparecida A. Faria Garcia e Érika Cristina de Paula Faria. Participaram da reunião 08
13 convidados. Com a seguinte pauta: Assuntos: **4.1 – Prestação de Contas – 2º Trimestre 2016, 4.2 –**
14 **Apresentação da Proposta de Previsão Orçamentária 2017; 4.3 – Renovação do colegiado 2016 - Termo de**
15 **Compromisso e Ajustamento de Conduta para conhecimento do colegiado e proposta de novo calendário**
16 **eleitoral; Informes:** **5.1 – Ofício 60.2016/INFACAPE – Participação no Chamamento Público e**
17 **apresentação do Plano de Trabalho 2016; 5.2 – Comissão de Análise de Propostas – Chamamento Público**
18 **SCFV – representante do CMAS – Daniela Leal Ramos – reunião dia 02 de agosto – 8h30; 5.3 – Convite**
19 **Ofício FEAPAES – Reunião com organizações sociais sobre a Lei 13.019, dia 29 de julho na OAB – 8 às**
20 **12h; e 5.4 – Comunicado e Orientações da Prefeitura -Obrigatoriedade Notas Fiscais Eletrônicas de**
21 **Serviços;** A vice-presidente Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros:
22 Márcio, José Augusto, Geisla, Andréia Maria, Daniela e Lidiane. Informou ainda que o conselheiro Clóves iria
23 se atrasar. Em seguida ficou definido pelo colegiado, que as atas da 16ª e 18ª Reuniões Extraordinárias,
24 contidas na pauta, serão aprovadas através do e-mail do conselho até o próximo dia 03 de agosto. A ata da 17ª
25 Reunião Ordinária foi lida pela conselheira Fernanda e aprovada com a solicitação de correções nas linhas 26 e
26 56. Dando seguimento foi lida e aprovada a pauta, com a retirada do assunto **4.2 – Apresentação da Proposta**
27 **de Previsão Orçamentária 2017**, mediante proposta da Comissão de Orçamento. Deu-se então início à reunião
28 com o assunto **4.1 – Prestação de Contas – 2º Trimestre 2016**. Tina passou a palavra para a servidora Sandra,
29 que destacou que os balancetes detalhados do Fundo Municipal de Assistência Social foram apresentados à
30 Comissão de Orçamento, no dia anterior. Sandra explicou que os repasses dos recursos se dão por meio de
31 blocos de financiamento por proteção. Em seguida, exibiu os slides dos balancetes das contas do Município,
32 Estado e União, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social. Os quadros apresentados demonstraram os
33 recursos orçados, empenhados e pagos, além do detalhamento das receitas recebidas, das despesas efetuadas no
34 trimestre e o total executado. Conforme apresentava os slides, Sandra foi esclarecendo as dúvidas e outras



35questões que mereciam destaque. No que se refere a conta de reprogramação de saldos do Estado, esclareceu
36que o recurso não foi executado ainda, pois inicialmente a Secretaria estava aguardando a aprovação da Lei e
37agora depende de parecer da procuradoria jurídica, devido a impedimentos relacionados ao período eleitoral.
38Disse que provavelmente o valor total poderá ser repassado somente em outubro, dependendo ainda de
39autorização da DRADS para alteração no cronograma de repasse. Mediante questionamento da conselheira Tina
40sobre a utilização do recurso, Sandra explicou que o mesmo será destinado para ESAC para capacitação dos
41trabalhadores que atuam com medidas socioeducativas, de acordo com a proposta do órgão gestor que foi
42aprovada pelo colegiado. Dando sequência Sandra salientou que os repasses da União ainda estão atrasados,
43apesar de terem chegado algumas parcelas neste ano. Como exemplo citou o Bloco da Proteção Social Básica, o
44qual a última parcela paga é referente a Maio de 2015. Jane, justificou que o montante de recurso ainda
45disponível na Proteção Básica, refere-se a liberação de várias parcelas nesse trimestre e destacou que esses
46atrasos dificultam o planejamento do uso dos recursos. Explicou ainda que nesse bloco constam os recursos
47tanto para a execução do PAIF quanto para a rede executora dos serviços de proteção social básica. Fernanda
48pontuou a importância da comissão de orçamento participar do planejamento de utilização desse montante. Jane
49salientou, porém, que parte desse recurso já está comprometida para a execução dos serviços de convivência, de
50acordo com os pisos previstos nos editais. Dando continuidade na apresentação no Bloco - Ações Estratégicas
51do PETI, Sandra explicou que esse recurso é direcionado especificamente às ações do PETI. Disse que Ana
52Paula, diretora da Proteção Social Especial, está encontrando dificuldades de localizar uma empresa que realize
53a busca e diagnóstico das crianças e adolescentes nessa situação, no município, de acordo com o número
54divulgado pelo IBGE. Clóves observou que o atraso do governo para o repasse de verbas prejudica o município.
55Tina complementou que os serviços devem ser de ação continuada, permanente e planejada e quando há
56irregularidade no repasse, há um prejuízo no planejamento e execução dos serviços. Jane afirmou que o
57município conseguiu garantir o repasse às entidades por meio de recursos próprios, porém as ações executadas
58pelas unidades estatais, acabaram tendo um prejuízo maior, considerando a incerteza no recebimento de recursos
59e consequente dificuldade de planejamento. Após todas as considerações e esclarecimentos a prestação de
60contas foi aprovada sem ressalvas. Os slides apresentados foram enviados aos conselheiros anteriormente, e
61ficarão disponíveis na Secretaria Executiva do CMAS. Passou-se então ao assunto **4.2 – Renovação do**
62**colegiado 2016 - Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta para conhecimento do colegiado e**
63**proposta de novo calendário eleitoral.** Tina esclareceu que conforme já informado ao colegiado na reunião
64extraordinária, uma entidade entrou com uma representação no Ministério Público questionando o processo
65eleitoral no que se refere a “vacatio legis” da Lei 8.388/2016, que entrará em vigência no dia 05 de agosto.
66Assim uma comissão de conselheiras foi constituída. Essa comissão participou de uma reunião com o
67Procurador Jurídico da Prefeitura, Dr. Eduardo Campanaro e posteriormente com o Promotor Público, Dr. Paulo
68Borges. Por orientação do Promotor foi firmado um TAC – Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta



69junto ao Ministério Público com a suspensão do processo eleitoral e realização de nova convocação para as
70eleições, dentro do período de vigência da lei, visando abrir novo prazo de inscrição para aqueles que sentiram-
71se prejudicados. Ressaltou que os já inscritos não precisarão habilitar-se novamente. O Termo prevê também a
72prorrogação do mandato do atual colegiado até a realização da eleição e posse dos novos conselheiros, que
73deverá ocorrer em até 45 dias a partir da vigência da Lei, garantindo assim que não haja a interrupção das
74atividades do conselho. Maria Amélia pontuou que uma nova Resolução deverá ser publicada no próximo dia 05
75de agosto. Lembrou que deverá ser aprovado pelo colegiado um novo calendário eleitoral. Disse que não serão
76necessárias realizar alterações nos termos da resolução, considerando que foi a mesma discutida e aprovada
77anteriormente pelo colegiado. Quanto a comissão eleitoral constituída sugeriu a sua manutenção, porém
78questionou se o colegiado concorda. Apenas a conselheira Jane informou que terá dificuldades de contribuir,
79pois entrará em período de férias durante o processo. Foi sugerido a consulta a sua suplente, Dalva, para
80substituí-la quando necessário. Nesse momento a conselheira Elenir questionou o motivo da comissão ter
81definido que os coordenadores não poderão se candidatar como representantes das entidades. Maria Amélia
82explicou que os coordenadores podem representar as entidades se forem indicados, porém não podem
83candidatar-se como representante dos trabalhadores do SUAS. Fernanda acrescentou que essa decisão não é da
84comissão, e sim do colegiado, após amplas discussões e consulta ao CNAS. Maria Amélia explicou ainda que
85existe uma Resolução do CNAS que define que os trabalhadores que possuírem cargo de confiança ou de chefia
86não poderão representá-los enquanto conselheiros e nem delegados nas conferências. Tina complementou que
87essa é uma questão que ainda demandará outras discussões e definições futuras, porém nesse momento o
88colegiado entendeu que essa seria a decisão mais coerente. Após mais algumas discussões e esclarecimentos,
89Elenir continuou afirmando que não concorda com essa definição e considerou ser importante colocar o seu
90posicionamento. Tina concluiu que para esta eleição o colegiado definiu desta forma, mas que nas próximas
91eleições esse assunto poderá ser melhor discutido e essa questão poderá ser levada para o fórum de
92trabalhadores, constituído recentemente. Tina em seguida retomou o assunto referente ao Termo de Ajustamento
93de Conduta e esclareceu que o mesmo foi firmado em caráter de urgência, considerando a necessidade de
94definição imediata da situação do momento. Dando seguimento, Maria Amélia apresentou uma proposta de
95calendário eleitoral, que foi aprovada com a definição, pela maioria, de realizar a posse no dia 15 de setembro,
96considerando que a outra data proposta, dia 08, seria posterior a um feriado nacional e não seria viável. Maria
97Amélia lembrou que a comissão eleitoral deverá realizar uma reunião na próxima semana para análise da nova
98resolução e a discussão do regimento interno. Sem mais assuntos, passou-se aos informes. No primeiro item **5.1**
99– **Ofício 60.2016/INFACAPE – Participação no Chamamento Público e apresentação do Plano de**
100**Trabalho 2016**, Maria Amélia fez a leitura do referido ofício o qual informa sobre o protocolo de documentação
101para participação no Chamamento Público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e
102acrescentou que foram recebidas as cópias dos documentos citados. Tina complementou que estão informando o



103 conselho por motivos de cautela, uma vez que não é necessária a participação no Chamamento para a entidade
104 estar inscrita no conselho. Passou-se em seguida ao item **5.2 – Comissão de Análise de Propostas –**
105 **Chamamento Público SCFV – representante do CMAS – Daniela Leal Ramos – reunião dia 02 de agosto**
106 **– 8h30**, Maria Amélia explicou que o Órgão Gestor está convocando a comissão, que foi constituída por meio
107 de portaria, para análise e seleção dos executores dos serviços de convivência propostos no atual Chamamento
108 Público. A comissão deverá se reunir na próxima segunda-feira, 02 de agosto, às 8h30, na Secretaria de Ação
109 Social. Na sequência foi apresentado o item **5.3 – Convite Ofício FEAPAES – Reunião com organizações**
110 **sociais sobre a Lei 13.019, dia 29 de julho na OAB – 8 às 12h**. Tina informou que a discussão da lei diz
111 respeito a todos os conselheiros, principalmente da rede privada, sendo importante a participação dos mesmos,
112 destacando a necessidade de realizar inscrição para poder participar. O último informe foi o **5.4 – Comunicado**
113 **e Orientações da Prefeitura - Obrigatoriedade Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços**. Maria Amélia
114 informou que recebeu um email com a solicitação de socialização de tal comunicado aos conselheiros. Clóves,
115 fez uma ressalva afirmando que se for um documento municipal, tem-se uma inconstitucionalidade, uma vez
116 que sobrepõe outras leis estaduais. Maria Amélia, disse que encaminharia todas informações a respeito, por
117 email, para que seja melhor analisada por todos. Finalizados os assuntos e nada mais havendo a tratar, a reunião
118 foi encerrada às dez horas e quinze minutos, e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária executiva do
119 CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros
120 participantes.